



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.908/25

DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

KLEBER LOPES DE SOUSA, Prefeito Municipal,
usando de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º da Lei Municipal nº 3.381, de 10 de julho de 2025;

CONSIDERANDO o Requerimento nº 250/25 da Câmara Municipal de Bastos, que requisitou a regulamentação da referida norma, em atenção aos princípios da legalidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos de fiscalização e aplicação de penalidades administrativas, observando modelos respectivos;

CONSIDERANDO a importância de coibir a poluição sonora, a proteção do sossego público, a saúde e o bem-estar da coletividade;

CONSIDERANDO o que preceitua o Artigo 92, da Lei Municipal nº 866/90 de 30/03/90, que institui a Lei Orgânica do Município de Bastos, edita o seguinte Decreto:

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 3.381, DE 10 DE JULHO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E USO DE ESCAPAMENTOS PARA MOTOCICLETAS, MOTONETAS OU SIMILARES QUE EMITAM RUÍDOS ACIMA DOS LIMITES PERMITIDOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO - I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 3.381/25 de 10/07/25, estabelecendo normas complementares sobre a fiscalização, o processo administrativo e as penalidades aplicáveis à comercialização, instalação e uso de escapamentos irregulares no Município de Bastos.

**CAPÍTULO - II
DA FISCALIZAÇÃO**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º - A fiscalização do cumprimento deste Decreto será exercida pela **Divisão de Fiscalização**, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, e demais órgãos competentes da Administração Pública.

Art. 3º - A Municipalidade poderá firmar **convênios com órgãos estaduais e federais**, inclusive por meio da **Secretaria de Estado de Segurança Pública**, através do **Programa "Atividade Delegada"** ou outro similar, com a finalidade de reforçar a **fiscalização, prevenção e repressão** das infrações previstas neste Decreto.

Art. 4º - A denúncia de irregularidades poderá ser apresentada por **qualquer cidadão** junto à **Ouvidoria Municipal**, à **Divisão de Fiscalização**, ou por **meio eletrônico oficial** da Prefeitura.

Art. 5º - Constatada a infração, será lavrado **Auto de Infração**, contendo:

- I – Identificação do infrator e do veículo;
- II – Local, data e hora da ocorrência;
- III – Descrição objetiva da infração e referência ao dispositivo legal violado;
- IV – Assinatura do Autuado, ou certidão de recusa;
- V – Identificação e assinatura do Agente autuante.

Parágrafo único - O Auto de Infração será o instrumento hábil para a aplicação das penalidades previstas neste Decreto.

CAPÍTULO - III

DAS PENALIDADES

Art. 6º - As penalidades serão aplicadas conforme a gravidade da infração, nos seguintes termos:

I – Multa ao proprietário do veículo/conductor: **3 (três) Unidades Fiscais do Município – UFM**, dobrada em caso de reincidência;

II – Multa à empresa infratora: **5 (cinco) UFMs**, dobrada em caso de reincidência (**10 UFMs**);

 2



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

III – Suspensão ou cassação do **alvará de funcionamento** após três autuações sucessivas.

§ 1º - O veículo poderá ser **retido até a regularização** do escapamento, nos termos da Lei Municipal nº 3.381/2025.

§ 2º - Os valores das multas serão atualizados anualmente, conforme a variação da **Unidade Fiscal do Município (UFM)**.

§ 3º - O produto da arrecadação das multas será destinado ao **Fundo Municipal de Segurança Pública**.

CAPÍTULO - IV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 7º - O Autuado será intimado por:

- fiscalizador;
- I – Entrega direta do Auto de Infração pelo agente
 - II – Via postal com **aviso de recebimento (AR)**;
 - III – Meio eletrônico oficial;
 - IV – Edital publicado no **Diário Oficial do Município**, quando frustrados os meios anteriores.

Art. 8º - O infrator poderá, no prazo de **10 (dez) dias úteis**:

- (vinte por cento); ou
- I – Efetuar o pagamento da multa com **desconto de 20%**
 - II – Apresentar **defesa administrativa** à Divisão de Fiscalização.

§ 1º - Mantido o Auto de Infração, caberá **recurso administrativo** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** ao **Chefe do Poder Executivo**, que decidirá após parecer da **Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos**.

§ 2º - O não pagamento da multa ensejará a **inscrição do débito em dívida ativa** e posterior cobrança judicial.

CAPÍTULO - V

DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Art. 9º - As empresas que comercializem, instalem ou façam manutenção de escapamentos deverão afixar, em local visível, **aviso informativo** com os limites de ruído permitidos e a advertência de que a **instalação de escapamentos adulterados ou esportivos é proibida e sujeita à multa.**

Art. 10 - O Município poderá realizar **campanhas educativas e preventivas** sobre os riscos e sanções decorrentes da poluição sonora provocada por escapamentos irregulares.

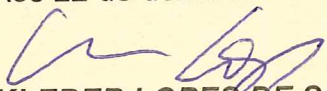
Art. 11 - Os casos omissos serão resolvidos pela **Secretaria Municipal de Administração**, ouvido o **Setor Jurídico**.

CAPÍTULO - VI

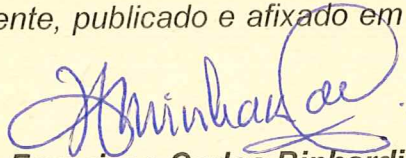
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS,
Aos 22 de dezembro de 2.025


KLEBER LOPES DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado em Livro competente, publicado e afixado em local público de costume, na data supra.


Francisco Carlos Binhardi
Diretor da Secretaria Municipal do
Gabinete do Prefeito